



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 104

CRISE E REARTICULAÇÃO DAS OLIGARQUIAS NO PARÁ

**Marília Ferreira Emmi
Rosa E. Acevedo Marin**

Belém, Setembro de 1998

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Marcos Ximenes Ponte

Vice-reitor

Zélia Amador de Deus

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Francisco de Assis Costa

Diretor Adjunto

Tereza Ximenes Ponte

Conselho editorial do NAEA

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 104

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

CRISE E REARTICULAÇÃO DAS OLIGARQUIAS NO PARÁ*

Marília Ferreira Emmi

Rosa E. Acevedo Marin**

“Aquele época os reis da mata que nós chamava os reis dos patrões era Dianor Maranhão, João Grande, Plínio Pinheiro, Farides, finado Adi Mussal, Benedito Mutran, Nagib Mutran, Augusto Freitas, esse pessoal todo era tuxaua naquela época. Os reis sob essas matas, era o Justino, era o Raimundo Rosa, era da Nova descoberta era Ronaldo Ponte da Serra Cardoso. Esses tudo era os reis desbravadores da mata viva a custa de nosso suor, desses companheiros.” (Abrão Pinheiro. Ex-castanheiro de Marabá. Entrevista realizada em 16/07/1987 e mimeografada com o título “Vida e exploração nos castanhais do Tocantins)

Resumo:

À estrutura de poder caracterizada por um controle político e econômico, através de uma extensa rede de relações em que predominam mecanismos de dominação/subordinação, convencionou-se denominar de oligarquias, nos estudos sobre sistemas de poder. A forma desse poder fechado e compartilhado por um pequeno grupo associa-se com relações as pessoais e diretas entre governantes e governados (mandonismo) e com a anulação dos mecanismos de representação (Garcia, 1977, Ianni, 1971, Bobbio,1991).

Palavras-chave: Crise. Rearticulação. Oligarquias.

* Este artigo foi publicado pela Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, n. 40, p. 51-68, 1996.

** Professoras e Pesquisadoras do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará.

À estrutura de poder caracterizada por um controle político e econômico, através de uma extensa rede de relações em que predominam mecanismos de dominação/subordinação, convencionou-se denominar de oligarquias, nos estudos sobre sistemas de poder. A forma desse poder fechado e compartilhado por um pequeno grupo associa-se com relações as pessoais e diretas entre governantes e governados (mandonismo) e com a anulação dos mecanismos de representação (Garcia, 1977, Ianni, 1971, Bobbio, 1991).

As interpretações teóricas trazem *velhas e novas* contribuições que permitem discernir melhor as estruturas oligárquicas. Originalmente, a fonte dessa teorização encontra-se nos estudos sobre elites políticas, embora o conceito tenha adquirido maior relevância e aplicabilidade na caracterização dos sistemas políticos vigentes em alguns países do Terceiro Mundo, na segunda metade de século XX. Os estudos de Shils (1962) e Bourricaud (1969) sobre as realidades de países como Peru, México, Argentina e Chile ampliaram e atualizaram as dimensões do fenômeno político das oligarquias.

No Brasil, o poder vigente na sociedade agrária pós-escravista foi compreendido no moldes do patrimonialismo por Faoro (1978), do patriarcalismo por Freyre (1975) e Guimarães (1973) que refletiram sobre a herança de séculos de escravidão e os dilemas da República. Em 1908, Silvano Romero escreveu “Provocações e debates” obra que contém a mais antiga ‘*classificação das oligarquias*’ conhecida na literatura brasileira: constitui uma interessante descrição sobre a emergência e tensões no interior dos grupos oligárquicos no Brasil. Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz atêm-se às formas do mandonismo e clientelismo, registradas nas experiências do poder dos “coronéis”, e aos conflitos e compromissos entre os poderes local e central

Oliveira (1978) debateu a homogeneização do poder pela submissão de grupos regionais ao poder central e ao mesmo tempo examinou a constituição e formas de persistência de segmentos regionais. Outra vertente abriu-se a propósito da dependência econômica dos países da América Latina e o papel das oligarquias na permanência desse quadro (Cardoso, Falleto: 1973). Mais tarde, a reorientação do tema permitiu a revisão em estudos de casos dos papéis dos coronéis e das oligarquias, a exemplo do trabalho de Pang (Bahia), de Lewin (Paraíba) e de Sales (Pernambuco). Tal trajetória permite inferir a atualidade do tema das reflexões sobre velhas e novas formas do poder oligárquico e os aportes de abordagens para o seu estudo. Recentemente, Dahl utilizou a denominação de “oligarquias competitivas” para falar dos sistemas de governo em que se registram mudanças de direção de uma *hegemonia fechada* para formas mais liberalizadas, ao se fazer mais competitivo, sem, todavia, promover as oportunidades de debate público e visando o estabelecimento de uma *hegemonia compreensiva* (Dahl, 1993, p. 17-18).

No Brasil, a democratização desse final de século continua comprometida com as forças oligárquicas. Na vida política republicana, entrecruzam-se curtos períodos de participação e oposição, representatividade e oportunidades de debate público. Os sistemas oligárquicos no Brasil, até a década

de 50, poderiam caracterizar-se como governos de *hegemonia fechada*, traço acentuado nos governos militares, embora a força dessas oligarquias estivesse relativizada pelo mando militar.

Essas categorias, encontradas no pensamento de Dahl, poderiam fornecer pistas para o entendimento da permanência de formas oligárquicas no Brasil? A crise e revigoramento das oligarquias constituem hipóteses interessantes na análise sócio-política do país; mas pressuposições dessa natureza exigem estudos pormenorizados. O que diferenciaria um moderno líder político democrático - a exemplo da figura de Jader Barbalho ou José Sarney, de um oligarca moldado na ação política dos anos 50/60? A atuação dos modernos líderes políticos do Pará afastaria as interpretações das oligarquias dos anos 50? E, afinal, como estão moldadas as lideranças recentes dentro do atual regime político? Continuam vigorando no Brasil esquemas oligárquicos nos governos fundados sob a democracia representativa, que empregam mecanismos de clientelismo, parentelismo e mandonismo.

Com essas interrogações básicas pode-se começar a investigar uma parte dos problemas que se impõem a todos os que refletem sobre poder local na Amazônia. No entanto a produção intelectual sobre o tema das oligarquias na Amazônia, como para o resto do Brasil, continua sendo escassa e as melhores fontes se constituem em depoimentos, discursos de políticos, memória jornalística e, especialmente, a memória social. A história contemporânea do país revela o quanto é escorregadio falar do poder e, sobretudo, revelar suas nuances, façanhas e fatos de tal forma que não permaneçam submersos na pretensa normalidade das instituições ou no sigilo complacente do clientelismo e o corporativismo.

A presença histórica de grupos oligárquicos e seus mecanismos de poder no Pará, especialmente a recomposição da teia de relações com o bloco de poder dominante no Estado em diferentes épocas, constitui o arcabouço principal para descrever a força, a crise, o enfraquecimento e as composições com os grupos políticos dos quais podem ser diferenciados. Identificar essa diferenciação nem sempre é fácil. O declínio de determinadas oligarquias no estado poderia ser justificado pela sua substituição por outro grupo oligárquico, tal como é diagnosticado na região Nordeste? Consideramos relevante verificar as formas como elas se aglutinam à emergência de novos interesses no interior do grupo e às condições que determinariam a relativa perda de hegemonia.

O que acontece na estrutura de poder no Pará mostra-se mais claramente quando se reflete sobre os campos de organização de grupos oligárquicos, em diversos momentos, e os vínculos desses poderes locais com o centro de decisões localizado em Belém, capital do Estado, e com o poder central. A natureza desses poderes e os moldes em que se organizam os grupos econômicos e políticos não gira somente sobre o domínio da terra, embora o mecanismo seja tradicional. É o caso de Marabá, aqui examinado.

Dois vertentes realizam a leitura da atualidade do poder oligárquico no Pará: a do revigoramento ou rearticulação (Almeida, 1984, Castro e Acevedo 1987, Costa, 1992) e a de crise e a decadência (Emmi, 1985, Emmi e Acevedo, 1987). A visão de decadência da oligarquia constituiu, a

nosso ver, uma leitura datada do processo político marcado pelo desenrolar de acontecimentos denunciadores do enfraquecimento, em níveis local e nacional, das frações políticas. Entretanto, como estrutura de poder na esfera regional, encontram-se indicações de rearticulação, e, sobretudo, da continuidade de suas práticas. Penetrar nos mecanismos de rearticulação é um prisma interessante para entender o sucesso de políticas que asseguraram o revigoramento, bem como, conferir as inovações utilizadas para refazer espaços nos governos, mantendo ou ampliando suas redes nas fases de autoritarismo ou no regime democrático.

O grupo oligárquico no Pará tem sido insistentemente retratado sob condição de crise. Discutem-se, neste artigo, formas originais e renovadas de controle do poder utilizadas pela oligarquia, além de lançar pistas sobre os fatores que estariam influenciando fases de seu declínio e de seu revigoramento, bem como as diversas tentativas de rearticulação que tem privilegiado o *clientelismo* como elo entre diversos escalões do poder.

As transformações em Marabá abalam o poder tradicional

A oligarquia de Marabá - entendida como grupo controlador dos poderes político, econômico e sociais local, conserva na gênese de seu poder a propriedade da terra, associada aos interesses comerciais de exportação da castanha. Está constituída por grupos familiares que em diferentes épocas controlaram o poder. Assim, dos anos 1920 até mais ou menos o fim da década de 1940, esta dominação foi exercida pelo comerciante da castanha e secretário de governo, Deodoro de Mendonça e sua parentela. Esse grupo foi sucedido, a partir dos anos 50, por outro, composto por comerciantes, fazendeiros e exploradores de castanha, entre os quais se destacou o tronco familiar Mutran.

As oligarquias remanescentes exerceram um poder absoluto no município, detendo o controle total da terra que dividiam entre si, impedindo a outros o acesso aos castanhais. Controlaram o poder político alternativamente monopolizando a Câmara Municipal e delegando, através das eleições, seus membros às assembleias estadual e federal.

A convergência dos processos de expansão do capital e da centralização autoritária está fadada a interferir profundamente na estrutura social e política de Marabá. Talvez a mais vital das interferências tenha partido da economia antes centrada no extrativismo vegetal. A mineração industrial e o garimpo, a pequena produção agrícola de proprietários autônomos (os colonos) e a pecuária vêm quebrar o quase exclusivismo da atividade de coleta da castanha. O comércio se ampliou, os bancos instalaram-se e um setor terciário emergiu independente da castanha. Com as empresas de mineração e de construção civil, além do garimpo do ouro "o dinheiro corre" na cidade de Marabá e a monetarização da economia parece generalizar-se. A construção da Transamazônica e a conclusão da rodovia estatal PA-70, hoje BR 222, abrem Marabá ao o tráfego rodoviário e permitem a entrada dos ônibus interurbanos e de transporte pesado. A introdução da colonização oficial em lotes

de 100 hectares provoca uma enxurrada de imigrantes e inova um campesinato precário (porque não tem base estável)¹ mas independente da oligarquia local que fica à margem de sua constituição.

A construção da hidrelétrica de Tucuruí, o Projeto Carajás e a ferrovia Carajás-Itaqui contribuíram para que boa parte da mão-de-obra da castanha para eles se deslocasse. As diferentes opções de trabalho que surgem para os antigos castanheiros constituem um problema para os donos de castanhais, habituados a ter à disposição mão-de-obra abundante, subordinada às relações de dependência de tipo paternalista. Pela primeira vez, o movimento da população sai do controle da oligarquia. São implantadas formas de produção e de relações sociais alheias às que tinham sido estabelecidas ao longo de meio século.

Como conseqüência dessa diversificação, a função e o uso da terra deixam de ser associados prioritariamente ao extrativismo vegetal. As terras contíguas à Transamazônica são destinadas pelo Inca para propriedades agrícolas de pequenos produtores. A Sudam incentiva através de isenções fiscais a formação de grandes propriedades pecuárias. As mineradoras multiplicam os pedidos de alvará de lavra e a Companhia Vale do Rio Doce acaba recebendo do estado o controle sobre um extenso território. As transações públicas e privadas em torno da terra se multiplicam e, nesse processo, a terra é comercializada. Trata-se desta vez, da terra nua e não mais das benfeitorias. A terra torna-se mercadoria como qualquer outra.

Os latifúndios tradicionais foram pouco afetados fisicamente. Perderam em termos de área, mas receberam indenizações compensadoras (como exemplo, a área desapropriada para a implantação da Nova Marabá pela Sudam) acrescidas da valorização das terras. Em termos de poder, os latifundiários foram alijados pela primeira vez dos processos de decisão e experimentam uma relativa perda de hegemonia local. Esse processo ocorre ao mesmo tempo em que se transformam o destino e o próprio significado da propriedade fundiária.

Em 1960, apareciam como principais latifundiários da castanha as famílias Mutran, Almeida e Moraes que, juntas, controlavam 55.935 ha. Essa concentração se reforça nos anos posteriores, dando às mesmas famílias 125.954 ha em 1970. Após essa data, os números param de crescer substancialmente, atingindo apenas 193.186 ha em 1975 e 200.385 em 1980. É a partir daí que aparecem novos componentes na distribuição dos castanhais; passam a concorrer uma companhia exportadora de Belém, a CIB, Companhia Industrial do Brasil, criada em 1960 e pertencente às famílias Chamié e Chady; e, sobretudo, um grande banco nacional em fase de expansão que também

¹ A população do município que havia crescido aceleradamente entre 1960 e 1970, quando somava 24.474 hab. chega a dobrar nesta última década, perfazendo um total de 59.745 em 1980. Em 1991, estima-se a população de Marabá em 122.231 habitantes..

adquire e explora castanhais: o Bamerindus. O monopólio exclusivo das famílias tradicionais é quebrado.²

A mera consideração dos aforamentos de castanhais e das propriedades cadastradas não reflete corretamente essa diluição de domínio.³ Mais numerosos do que os proprietários são os posseiros que se instalaram nas terras devolutas, constituindo um componente novo com que se confrontam os antigos donos do poder. Trata-se de trabalhadores sem terra, anteriormente ocupantes de terras devolutas e que agora passam a questionar ou mesmo a desconhecer a propriedade improdutiva. A luta empreendida pela conquista dos lotes contribuiu significativamente para abalar a hegemonia dos donos de castanhais. Esses trabalhadores não integrados à teia de relações de dominação/subordinação da oligarquia, não reconhecem o "direito" dos oligarcas aos latifúndios. Iniciando por ocupar temporariamente pequenas áreas, distribuem entre si terras de castanhais antes inatingíveis, desafiando abertamente o poder dos seus opositores.

Paralelamente a essas mudanças ocorre o deslocamento do centro de decisão no que diz respeito às questões locais. Em nível estratégico, a irrupção da "guerrilha do Araguaia" na área de Marabá, nos primeiros anos da década de 70 e a importância que o Estado deu à sua repressão entre 72 e 74, envolvendo nela 10 a 20.000 soldados (Martins, 1980) e implicavam necessariamente um

² O aforamento é uma modalidade jurídica de apropriação da terra na qual o Estado mantém-se como proprietário, e o foreiro detém o direito de uso. Ao considerar os dados fornecidos pelo ITERPA em 1980, sobre as áreas de aforamento de castanhais, pode ter-se a impressão de persistência do poder tradicional de algumas famílias. Para se restringir a um caso bastante singular, constata-se que as terras aforadas pelo Estado ao tronco familiar Mutran totalizam 131.332 ha, o que corresponde a 21,40% da área total aforada no município de Marabá. Entretanto, uma investigação mais acurada mostrará a fragilidade dessa impressão inicial. É certo que persistem no município esses grupos remanescentes do "poder tradicional" alicerçado na economia da castanha, detentores ainda de grandes extensões. Todavia já não são mais os únicos. Em 1980, num total de 168 lotes representando 613.721 hectares aforados em Marabá, 62 pertencentes às famílias Mutran, Almeida e Moraes aos quais se acrescentaram em 1965 a famílias Azevedo (totalizando aproximadamente 37% dos lotes da área), 14 pertencentes ao Banco BAMERINDUS (entre 8 e 9% dos lotes e da área); 13 eram da CIB (cerca de 8% dos lotes e da área). Enquanto as famílias tradicionais detém 37,3% da área as duas empresas conquistaram 17%, mas 79 outros foreiros menores obtiveram juntos uma área equivalente a 45,7% do total.

³ Em 1980, Marabá deixa de ser apenas a terra dos castanhais como foi conhecida até o fim dos anos 60; é terra de colonização, terra da pecuária, terra de mineração do Carajás. A corrida para essas outras "terras" é bem refletida nos cadastros do INCRA, em que pese sua ambigüidade. Mesmo descontando o crescimento que se deve a normalização do processo de cadastramento, o aumento do número de imóveis e de áreas apropriadas continuaria impressionante. Os imóveis declarados passam de 661 em 1972, para 954 em 1976 e 2.451 em 1981; e a área total sobe de 810.750 ha para 1.361.626 ha e 2.977.708 ha no mesmo período; para o número de imóveis e a área declarada, um aumento de aproximadamente 270% em menos de dez anos. Apesar da colonização oficial ao longo da Transamazônica, a estrutura fundiária reforça a sua concentração: os minifúndios perdem sua importância relativa, enquanto os latifúndios aumentam sua importância numérica (passando de um quarto, para mais de um terço do total) e mantém seu quase exclusivismo em termos de área (94% do total, tanto em 1981 quanto 1982, para as propriedades de 1.000 e mais hectares). O monopólio fundiário das oligarquias locais é quebrado. De 44% da área total declarada em 1972, as grandes antigas famílias caem para 33% em 1976 e apenas 14% em 1981. Processa-se uma diluição de seu domínio num universo substancialmente ampliado e bastante diversificado. O maior conjunto familiar representa agora menos de 6%. Esses dados alteraram-se após 1987/88 com as "composições amigáveis" praticadas pelo MIRAD.

deslocamento do ponto de referência do poder regional para o nível nacional. Por outro lado, o volume de investimentos comprometidos no Projeto Carajás e o apelo aos financiamentos estrangeiros para sua execução exigem garantias de tranqüilidade pública que só o poder central podia oferecer: o município de Marabá é considerado por decreto federal área de Segurança Nacional. É no interior desses acontecimentos que se insinua uma nova "liderança" oriunda da área de Segurança Nacional e estranha ao poder tradicional- o Major Curió. Comprometido com a violência instaurada quando da repressão à guerrilha, ele conseguiu impor-se ao controle do garimpo da Serra Pelada com uma mistura particular de repressão e paternalismo.

Houve, portanto, uma ruptura de relações de poder com o advento do regime militar, que se fez representar na região pela "Operação Amazônia" entre outras. A região de Marabá foi particularmente atingida por medidas especiais no movimento de federalização. O município foi cortado pela BR-230 e grande parte de suas terras ficou em áreas abrangidas pelo decreto nº 1164/71, incluindo-se nelas os latifúndios de grupos tradicionais, embora o decreto ressaltasse *os direitos adquiridos e as situações juridicamente constituídas*", como é o caso de aforamento de castanhais. Em 1980, sem muita participação local, o decreto 1967 de 1º de fevereiro cria o Grupo Executivo de terras do Araguaia-Tocantins, Getat, diretamente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional e com jurisdição em uma área de aproximadamente 200.000 km, compreendendo o sudeste do Pará, o extremo-norte do Goiás e o extremo-oeste do Maranhão. Esse órgão subordinou todas as demais instâncias fundiárias estatais, como a Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins (Ceat-Incra), às Coordenadorias Regionais do Incra, aos projetos fundiários, e até, em certa medida, ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa). A dependência do Conselho de Segurança Nacional identifica a polivalência de sua função, que abrange, ao mesmo tempo, os planos estratégico e econômico, penetrando, assim, no campo político.⁴

A passagem do município para a área de Segurança Nacional vai acelerar a perda da influência direta da oligarquia na política local. Os prefeitos nomeados, comprometidos com o regime autoritário

⁴ No plano político, duas medidas do poder federal vão repercutir particularmente a nível local: a extinção dos partidos anteriores a 64 e a declaração do Município como área de Segurança Nacional. Com as alterações pelas quais passa o regime político brasileiro em 1964, a vida política de Marabá adquire inevitavelmente novos contornos. É o momento em que o Pará era governado pelo pessedista Aurélio do Carmo. Nessa época, em Marabá, a UDN apresentava-se dividida em duas facções: a primeira liderada por Pedro Marinho de Oliveira (cunhado do fazendeiro João Anastácio de Queiroz), dono de castanhal, fazendeiro e prefeito eleito para o período de 1962-66. A essa facção se opunham os partidários de Nagib Mutran eleito deputado estadual, em 1962. Visando participar da mesa diretora da Assembléia Legislativa, fez alianças com o governador do PSD, descontentando não só os seus correligionários de partido, como os representantes do PSD em Marabá, decisivamente anti-Mutran. Em 1964 acusado de corrupção, Nagib Mutran teve seus direitos políticos cassados e em consequência perdeu o mandato. Já com o bipartidarismo em 1966, os grupos representantes da economia castanheira se perfilam na ARENA, onde, entretanto, mantém as antigas facções do tempo da UDN. A presença das duas facções no mesmo partido revela a verdadeira natureza dessas divisões e conflitos entre capitais individuais no interior do capital global, coeso na luta contra o trabalho. Nagib Mutran, ainda que cassado, consegue eleger Deputado Estadual seu filho Oswaldo, que foi posteriormente acusado de corrupção e teve anulado seus direitos.

e desvinculados de grupos locais, oferecem resistências passageiras e discreta oposição à oligarquia como se pode deduzir da atuação de Elmano Melo (1971-72) e Haroldo Bezerra (1974-79), interventores escolhidos e nomeados pelo Governo Federal fora dos grupos tradicionais. As duas gestões promoveram alguns processos de desapropriação de terras da família Mutran.

A aprovação da nova Lei Orgânica dos partidos em fins da década de 1970 resultou na extinção das agremiações partidárias ARENA e MDB e estabeleceu condições para a criação de novos partidos. Nas eleições de 1982, aparecem, já com registros definitivos e concorrendo às vagas abertas na Câmara Federal, no Senado e nas Assembléias Legislativas os seguintes partidos: PDS, PMDB, PDT, PTB e PT.

Nesse momento, surge como novidade, em Marabá, a formação do diretório de um partido de oposição, o PMDB, o primeiro a conseguir se formar depois de 1964. A divisão já latente no seio do partido governista se acentua com a indicação de Alacid Nunes para o governo do Estado, em detrimento da candidatura de Jarbas Passarinho. O acirramento do antagonismo entre os dois grupos culmina em 1980 com o rompimento de fato, quando treze deputados liderados por Alacid Nunes deixaram o PDS, ingressam no PTB e, posteriormente no PMDB. Em Marabá, a facção liderada pelos Mutran permanece fiel ao senador Passarinho, enquanto a outra, liderada por Plínio Pinheiro Neto acompanha Alacid Nunes. Nessa luta interna do PDS, Sebastião Moura, o major Curió vai abrindo seu espaço político em oposição à facção dos Mutran, ainda que estes sejam apoiados por Jarbas Passarinho.

A disputa entre duas facções pedessistas em 1982, lideradas respectivamente pelos coronéis Jarbas Passarinho (primeiro governador após o golpe de 64 e então senador da República) e Alacid Nunes (governador em 1966-1971 e 1979-1983), deve ser entendida como muito mais do que uma divergência de interesses pessoais. É verdade que não existe discordância ideológica entre eles, homens de confiança do regime, mas sim interesses diferentes dos grupos representantes da ditadura militar e que num plano mais amplo, disputavam o poder.

Em Marabá a facção jarbista, tendo à frente o grupo Mutran, não consegue ampliar sua influência além da esfera local.. O senador compartilhava do projeto da integração da Amazônia na economia nacional e por isso resistia às pressões locais. Alacid Nunes, líder no poder, havia selado pacto de solidariedade com as diversas facções oligárquicas do Pará, mas sua influência era restrita. A ruptura entre essas lideranças com seus respectivos campos de influência contribuiu para a emergência do vereador Jader Barbalho, advogado e líder estudantil que, nesse quadro político conturbado, lança-se candidato a governador, apoiado por Alacid Nunes. Barbalho foi eleito e precocemente arrastou um triunfo eleitoral para o PMDB (Costa, 1992, p. 41).

Poder local e articulações durante a Nova República

Os quadros da política de Marabá distanciam-se cada vez mais da época em que tudo se resumia a uma disputa entre os oligarcas da castanha pelo controle do poder local. A unificação do mercado nacional confronta outros agentes econômicos mais poderosos que vão se tornar hegemônicos e, igualmente surgem novos atores e lideranças políticas.

No início da década de 80, a hegemonia da oligarquia castanheira foi sensivelmente abalada pela situação mais vantajosa do grupo do Major Curió em Marabá e pelo tipo de poder econômico e político que o sustentava. Todavia, ela tentará se rearticular para defender seu domínio fundiário e salvaguardar parcela do poder político conquistado.

Os donos de castanhais buscavam resistir às ameaças que provinham do movimento de trabalhadores orientado para ocupação das terras. Considerava-se esse fato político como um fator de subversão da ordem vigente, uma vez que as suas propriedades eram "naturalmente respeitadas" por aqueles que se integravam em posição subalterna na estrutura de dominação patrimonialista. Não é verdade que antes o exercício dessa dominação se fizesse sem contestação, porém o movimento dos trabalhadores não chegava a incomodar os oligarcas que possuíam mecanismos de coação suficientes para conter os ocupantes, impedindo que a contestação saísse da esfera individual e assumisse maiores proporções. Os conflitos pela posse da terra na região de Marabá só irão ganhar maior evidência a partir da década de 70 e recrudescer no final da mesma, acentuando-se não só em número, mas em manifestações de violência, no início da década de 80. Esses conflitos opunham grupos de trabalhadores rurais recém-chegados ou de moradores antigos mais os grupos indígenas, aos representantes da oligarquia da castanha e os componentes da empresa capitalista que se expandiu na área.

Em Marabá, a desagregação do poder tradicional tem sido lenta. Os conflitos são registrados em sua maioria, entre donos de castanhais e posseiros, embora tenham ocorrido alguns conflitos pela terra entre representantes da empresa capitalista e grupos de posseiros. Desde a expansão do núcleo urbano e o aparecimento das grandes fazendas, os chefes locais avançavam na apropriação gradativa dos *castanhais do povo* resultando no desaparecimento das áreas de servidão pública⁵. Ao longo desse processo, a oligarquia latifundiária, apoiada no domínio mercantil e na posse absoluta da terra, articula mecanismos novos de dominação/subordinação para adequar-se à nova realidade. Como grupo que exerceu durante muito tempo a apropriação econômica e a dominação política local, ela é obrigada a redefinir-se para sobreviver no bloco de poder. A tentativa de rearticulação incluiu a reação pela força e até mesmo os questionamentos da atuação de órgãos federais na área, pois neles não encontraram

⁵ Durante algumas décadas (1920-1960) os chamados castanhais do povo ou castanhais de servidão pública acolhiam pequenos agricultores que em ocasião das safras, se convertiam em coletores de castanhas. Não eram empregados dos donos de castanhais, e não mantinham, enquanto coletores, vínculos com "patrões"; vendiam o produto da coleta no núcleo urbano, e conseguiam assim escapar do controle dos "aviadores".

apoio absoluto à suas pretensões. Esse confronto tornou-se visível nas relações entre oligarcas e o Incra/ Getat.

No município, a luta pela terra envolvendo donos de castanhais evidenciou-se a partir de 1976. Nesse ano eclodiu um conflito entre João Anastácio de Queiroz Filho, descendente direto do coronel João Anastácio de Queiroz, comerciante da borracha e da castanha, durante muitos anos representante do oligarca Deodoro de Mendonça em Marabá. O conflito envolvia disputas das chamadas "sobras de terras" do castanhal Viraçãozinha. Diante da constatação de que a área pretendida por João Anastácio ultrapassava os 3.600 hectares constantes em seu título, e em resposta às pressões dos lavradores, o INCRA acabou por reconhecer o direito destes últimos. Essa atitude, apesar de contrariar as pretensões da oligarquia, não se instituiu como fato costumeiro.

Os conflitos continuaram a ocorrer o final dos anos 70 e o início da década seguinte, entre posseiros e donos de castanhais como Evandro Mutran, Evandro Azevedo, Almir Moraes, Alzira Mutran entre outros. Esses talvez tenham sido os de maior proporção. O quadro completa-se ao relacionar as situações conflituosas, quase cotidianas com a expulsão de lavradores das "sobras de terras". A apropriação dessas áreas pela oligarquia é reforçada pelo Decreto-Estadual nº 9.203, de 15 de julho de 1975, que prevê: "*o direito de incluir em seus aforamentos os excessos de área (...) desde que esse excesso, em cada lote, não ultrapasse 50% da área aforada*". Esse dispositivo legal torna-se uma poderosa arma política no desfecho desses conflitos, em favor da oligarquia.

No início de 1984, a grande imprensa de Belém e do sul noticiava a existência de uma "*quadrilha de pistoleiros*", comandada por Dimas que estaria invadindo os castanhais de Marabá. Os donos de castanhais Azis Mutran e Ed Castor denunciavam a existência de uma verdadeira "guerra" no interior dos castanhais, apelando, até, para intervenção do governo Federal. As notícias alcançam repercussão em âmbito nacional: afirmava-se que os castanhais Tabocão da família Mutran, Pau Ferrado e São José de Ed Castor estavam totalmente tomados. Se essa guerra dos castanhais que eles afirmavam estar acontecendo, foi denunciada com tamanha veemência, não demorou muito para que se percebesse que não se tratava de uma quadrilha organizada para invadir castanhais. Parecia tratar-se de mais um conflito de terras, em que se denunciavam os argumentos de saques e violências dos membros da "quadrilha" na tentativa de esconder a violência com que os donos de castanhais e seus jagunços estavam atingindo os posseiros (VEREADOR faz acusações. 31.01.84). Sobre esse conflito, as constantes acusações feitas pelos donos de castanhais ao governo do estado foram respondidas por uma nota de esclarecimento publicada nos jornais locais em 4 de fevereiro de 1984, em que se afirma: "*a existência de posseiros e não de ladrões de castanha como alegam os exportadores*" (Pará, Governo do Estado, 1984). O ano de 1985 foi marcado por chacinas em áreas de castanhais, isto é, violentos conflitos que ocasionaram muitas mortes. É o caso das lutas com 44 mortos nos castanhais Pau Ferrado, Surubim, Ubá, Fortaleza e Princesa todos de famílias oligárquicas.

Mas existem outros indicativos de que o *enfraquecimento* do poder oligárquico deve ser relacionado, em primeiro lugar, com o jogo político decorrente da ruptura com os governos militares. Jader Barbalho assume o governo do estado em 1983, num clima nacional de efervescência, de contestação, de pressões para pôr fim ao regime militar.

O ato de transferência do poder das mãos do coronel Alacid Nunes mostrou vários ângulos interessantes. O novo governador congratulou-se pelo sucesso eleitoral e de seu partido PMDB em discurso, definindo “ações para povo e governos pobres”. O tom cauteloso e prudente do discurso é, segundo alguns dos seus próprios correligionários, “superficial”. Barbalho enfatiza os “compromissos” assumidos na campanha eleitoral. A peça discursiva atualiza-se com uma referência aos conflitos de terra e designa culpados, afirmando que: “boa parte das terras retiradas dos domínios estaduais foi entregue a particulares que não residem e nem sequer trabalham entre nós” e completa: “conclui-se também que há cada vez menos homens com mais terras e mais homens com menos terras no Pará” (PARÁ, 1983). O compromisso de solucionar os problemas fundiários do estado ficou dentro de uma declaração nebulosa que se dispersou ao longo do seu mandato. A atitude mais firme em relação à questão fundiária no Estado foi tomada para atender às demandas da oligarquia, uma linha de atuação adotada no final de seu mandato de Governador, sobretudo em 1987, já na condição de Ministro da Reforma Agrária do governo José Sarney, quando fez jus aos seus compromissos com as oligarquias.

Jader Barbalho definiu um processo de descentralização e de articulação com as forças do interior do estado, como meio de consolidar sua atuação. Seguiu uma política *pragmática*, com seu denominado “governo itinerante” que consistia na transferência temporária do secretariado para as sedes municipais. Durante essas sessões de trabalho, o governador e seus auxiliares recorriam à identificação dos ‘pleitos’, onde eram apresentadas as demandas por estradas, escolas, hospitais, serviços de eletricidade, água encanada, transporte e outras. Essa encenação junto às prefeituras permitiu-lhe captar adesão de forças locais, utilizando amplamente a máquina administrativa e os recursos públicos. Por intermédio dessas relações, algumas prefeituras foram privilegiadas frente às instâncias estatais, tornando-se ao mesmo tempo beneficiárias das opções políticas oferecidas pela administração estadual.⁶ As administrações municipais dos aliados partidários do governador também foram privilegiadas, preterindo-se os opositores desmobilizados e com pouca chance de resistir à oligarquia estadual. Uma política de clientela timoneava o barco do governador Jader Barbalho, permitindo-lhe quebrar as resistências pedessistas e ainda neutralizar as representações camponesas no aparelho estatal. Buscou diminuir o poder de pressão dos que advogavam contra a ordem política geral, e os interesses políticos e econômicos dos proprietários de terra, numa nítida linha continuísta da “política de favor” dentro dos padrões tradicionais de governo.

⁶ Essas ações de aparente descentralização eram secundarizadas por uma profunda ação centralizadora de poder na Secretaria de Planejamento e na própria figura do governador, verdadeira instância decisória. (Ver CASTRO e ACEVEDO, 1987)

A oligarquia Mutran voltou ao poder em Marabá com a eleição do médico Nagib Mutran Neto, com ampla rede de relações assistencialistas entre a população, que assumiu o cargo de prefeito precisamente no momento em que Jader Barbalho ocupava o de ministro da Reforma Agrária. Assistesse a uma nova cena de favorecimentos à oligarquia que se convencionou chamar de “negociatas dos castanhais do Tocantins”.

A oligarquia busca novas inserções no poder

A reação de defesa da oligarquia decorreu primeiramente dos conflitos entre a atuação de órgãos estaduais e federais na região dos castanhais, sobretudo do descompasso de entendimento entre o Iterpa e o Getat (extinto pelo decreto-lei 2.328, de 5 de maio de 1987) sobre a questão dos aforamentos.⁷ Boa parte das áreas de castanhais encontrava-se sob jurisdição federal a partir do Decreto 1.164, de 1971. No entanto, o Iterpa considerava os aforamentos intocáveis por se tratarem de situações juridicamente constituídas. Por sua vez, o Getat procedeu à demarcações sobre as áreas aforadas, discordando da interpretação do Iterpa. Ainda mais: na metade da década de oitenta, a ordem fundiária vigente encontrava-se sob ameaça maior, a partir das propostas alternativas de reforma agrária. Esse confronto reavivado pelo núcleo reformista na burocracia estatal aumentou a insegurança dos “donos de castanhais”.

Outra reação dos latifundiários tradicionais foi às “invasões” dos castanhais, que deve ser interpretada não apenas como uma defesa de seus domínios territoriais, de sua propriedade, mas também como uma tentativa de manter uma estrutura de dominação política que se enfraquecia com a organização e o questionamento dos trabalhadores. Essa reação expressava-se sob diferentes formas. No plano imediato, pela violência das expulsões por seus jagunços e pela ameaça de criar um pelotão particular de guardas rurais. No plano mais abrangente, pelas pressões aos órgãos do governo como a exercida em fins da década de 70, pelos donos de castanhais, por intermédio do seu sindicato. Desta feita, enviam memoriais ao Ministério da Justiça e ao presidente do INCRA denunciando a ação dos “invasores”, fazendo, até acusações a membros da Igreja que estariam atuando como “orientadores” das invasões. Essas denúncias revelam uma pressão da oligarquia empenhada na permanência de um tipo particular de estrutura fundiária. Se antes fazia denúncias isoladas, agora passa a agir em grupo. A primeira ofensiva pública a ganhar bastante repercussão foi a tentativa do Sindicato Rural de Marabá de organizar uma guarda rural nas áreas de castanhais. Em setembro de 1979 essa iniciativa foi divulgada pelo jornal *o Estado do Pará*, a partir de declarações atribuídas a João Anastácio de Queiroz Filho (secretário do sindicato) e do deputado arenista e dono de castanhal, Plínio Pinheiro Neto. Uma

⁷ A inquietação havia sido gerada a partir da idéia de “rever os aforamentos” em que o Sindicato Rural de Marabá declarava não aceitar a idéia da transformação do aforamento em concessão em termos práticos. Em alguns casos donos de castanhais entram com pedido de resgate judicial do aforamento, ou seja, pleiteiam

ampla nota intitulada "Armas contra os posseiros" resumia a posição dos donos de castanhais diante dos conflitos. A oligarquia não reconhece a autonomia dos movimentos populares, ou seja, não reconhece como sujeito os trabalhadores que sempre consideram como objetos de seu mando.

Nos documentos do sindicato patronal, os proprietários tecem críticas à atuação de alguns órgãos como Incra e o IBDF além da atuação do Poder Judiciário que, segundo eles, falham no sentido de garantir aos legítimos proprietários a tranqüilidade de seu trabalho. A oligarquia se distancia também dessas instituições na medida em que elas apoiavam mais os interesses globais do capital nacional e internacional. Mas, astutamente, procura apoio nos seus representantes na política e na magistratura locais. O Sindicato Rural de Marabá, antigo Sindicato dos Proprietários de Castanhais congrega elementos das principais famílias que, apesar de concorrentes entre si, nos negócios da castanha, agregam-se numa associação que expressa todo um esforço no sentido de manter a supremacia dos oligarcas numa sociedade em transformação. Essa associação patronal estava sintonizada com a Associação dos Exportadores de Castanha do Brasil, localizada em Belém e da qual faziam parte os cinco principais grupos exportadores de Marabá: CIB, Jorge Mutran, Azis Mutran, Benedito Mutran e Evandro Azevedo. Os memoriais elaborados pelo sindicato rural vinham sempre endossados pela Associação dos Exportadores, presidida por Délio Mutran.

Em outubro de 1983, o Sindicato Rural de Marabá e a Associação dos Exportadores de Castanha do Brasil enviam um memorial ao ministro para assuntos fundiários, através do qual pretendem alertar as autoridades do país para os problemas decorrentes da queda da extração da castanha do Pará. Os signatários listam o corte indiscriminado de árvores, a instabilidade fundiária, as invasões predatórias, a falta de proteção eficaz, e sugerem a revisão fundiária, a mudança de natureza do título, a proteção florestal, além do fortalecimento da política e do judiciário, culminando com a recomendação da "criação de um polígono de preservação permanente ou utilização limitada dos castanhais"⁸. A utilização desses recursos mostra o seu empenho em modernizar as ações, insistir na abertura de debates apoiados em mecanismos legais e, ao mesmo tempo, divulgar seus pleitos, através de setores da imprensa que comungam com a causa da oligarquia.

Nessas ações, não descuidam dos pleitos eleitorais locais, empenham-se no reconhecimento de suas lideranças políticas, que desta vez se encaixam dentro da ordem democrática. Os resultados das eleições municipais de 1985 vêm confirmar a perda temporária do controle político local do grupo Mutran. O candidato do PMDB, apoiado por forças populares e facções progressistas, Hamilton Bezerra, foi eleito com 11.185 votos e ultrapassou de longe o candidato do PDS Osvaldo Mutran com 3.863 votos, e o fazendeiro Pedro Miranda de Oliveira, candidato do PFL, que obtém apenas 2.130 votos. As eleições de 1986 trouxeram nova derrota política eleitoral ao grupo Mutran. Nesse pleito,

transformações deste em propriedade de fato e de direito. Suas pressões foram bem sucedidas: se não houve resgate, também o aforamento não deu lugar à concessão! (PINTO, 1980).

pela primeira vez abandonam o partido representante do governo autoritário e dois de seus membros candidatam-se por partidos diferentes : o ex-deputado do PDS Aziz Mutran pelo PFL e seu sobrinho Nagib Mutran Neto, pelo PTD ; porém, nenhum deles consegue eleger-se nesse turno. Nova investida é realizada por Nagib Mutran Neto ,em 1988 ,desta vez conquistando a prefeitura de Marabá.

As articulações da oligarquia orientam-se nos anos 86/87 no sentido de impedir a concretização de desapropriação por interesse social dos castanhais em conflito, objeto de aproximadamente cinquenta processos registrados no Getat, dos quais apenas 31 foram devidamente instruídos. A derrota nesse pleito significaria que a família Mutran perderia catorze castanhais, num total de 57.732 ha, a família Azevedo, quatro castanhais com 15.156 ha, e a Companhia Industrial do Brasil (famílias Chamié e Chady) quatro castanhais com 14.999 hectares. A oligarquia reage a essa nova ameaça dando entrada a pedidos de reintegração de posse. Por outro lado, buscam ter presença marcante no Grupo de Trabalho dos Castanhais criado pelo Getat e contam ainda, no governo Sarney e na administração do Pará, com setores simpatizantes de seu velho sonho de resgatar os aforamentos.

O governo Jader Barbalho havia inaugurado uma fase ‘populista’, de ‘preferência para a maioria sofrida’. O discurso é reiterado na sua atuação como ministro da Reforma Agrária, destacando-se com ares de ‘pacificador’ dos conflitos fundiários (Peixoto, 1993, p.6). É importante lembrar o recorde do Pará no quadro de conflitos fundiários no Brasil: só em Marabá registrou-se 69 mortes entre 1964-1992 (ALMEIDA, 1993).

O ano 1988 marca um capítulo novo nos procedimentos fundiários nas áreas de castanhais. Jader Barbalho ocupa a pasta do Mirad e põe em curso o processo de ‘composições amigáveis’, substituindo o instrumento de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Os ‘proprietários’ dos 56 imóveis (sem correspondência com o lote de processos que haviam sido inicialmente instruídos) contemplados com essa proposta receberam preços acima dos praticados no mercado. Mais que isso, a escolha não respeita os critérios de avaliação do órgão fundiário nem obedece aos procedimentos para fins de desapropriação. Dessa forma, a oligarquia castanheira é a principal beneficiária dos acordos, graças às estreitas relações com a administração do ministro paraense solidário com suas demandas. Mas a autoridade máxima no campo fundiário é igualmente magnânima com setores latifundiários de outros estados da União (Dossiê, 1988).

O tecido político no município de Marabá apresenta-se atualmente emaranhado. O grupo Mutran sofreu duas afrontas significativas: a cassação do deputado estadual Oswaldo Mutran, acusado de envolvimento na morte de um fiscal da Fazenda Estadual, e a cassação do ex-prefeito Nagib Mutran Neto. Soma-se a esses episódios o afastamento da juíza eleitoral, nora de Oswaldo Mutran, por comprometimentos durante o exercício da magistratura. O campo de poder dos latifundiários não parece experimentar um processo de estrangulamento. Um estudo recente mostra que entre 1981 e

⁸ Sobre esse assunto consultar EMMI, ACEVEDO, BENTES: 1987.

1984 grupos de fazendeiros tradicionais de Marajó, Salgado, Baixo Tocantins, Bragantina, Belém e Viseu foram beneficiados com incentivos fiscais, o que significa o atender a uma reivindicação regionalista (Costa, 1992, p. 42), espelhando os compromissos assumidos por Jader Barbalho.

Os últimos governos têm-se mostrado prolixos na política de parentela. As pegadas do governador Jader Barbalho foram seguidas pelo seu vice, no curto período em que esteve à frente do governo, distribuiu cargos e recompensas à sua parentela, situação que raiou no maior escândalo público do ano 1995, registrado amplamente pela imprensa local.

O poder das oligarquias no Pará, longe de mostrar uma tendência vertiginosa ao declínio ou desaparecimento, mostra-se oscilante e com forças articuladas detrás dos bastidores, onde se aglutinam facções que conseguem reduzir seus conflitos e choques. As atuais alianças⁹ no governo do Pará chamam a atenção para essa capacidade de assimilação das oligarquias nos regimes de democracia, mostrando características das denominadas oligarquias competitivas na acepção de Robert A. Dahl (Dahl, 1993). No movimento histórico das oligarquias desse estado definem-se várias trajetórias. A base do seu poder -o domínio da terra- continua relativamente intocada. Até o momento presente, sua permanência deriva da eficiência com que estabelecem a rede de relações orgânicas em espaços conquistados no bloco de poder.

⁹ O governador Almir Gabriel foi eleito pela coligação União pelo Pará (PSDB-PFL-PSB-PTB-PDT-PC do B-PPS e PCB). Em 1995 foi selado um acordo desses grupos com os antigos opositores, o principal o PMDB, gremiação partidária do atual Senador Federal pelo Estado do Pará Jader Barbalho.

Referências

- CASTRO, Edna Maria R., ACEVEDO MARIN, Rosa. Estado e poder local: dinâmica das transformações na Amazônia brasileira. Pará Desenvolvimento. Belém: IDESP, n.20, jul/dez/86, jan./jun./1987.
- ALMEIDA, Alfredo W. "GETAT - Segurança Nacional e o revigoramento do poder regional". Reforma Agrária (Boletim da ABRA) Campinas, v.11, nº 02, março-abril, 1981, pg. 24-41.
- ALMEIDA, Alfredo W. Carajás: A guerra dos mapas. Belém - Falângola. 1993.
- ARMAS contra posseiros. O Estado do Pará, Belém, 13 set. 1979.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 2.ed. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- BOURRICAUD, François et al. La oligarquia en el Perú: 3 ensayos y una polémica. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1969.
- CARDOSO, F.H., FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- CASTANHEIROS denunciam Clero do Pará. A Província do Pará. Belém, 5 set. 1981. p.2.
- COSTA, Francisco de Assis. Ecologismo e questão agrária na Amazônia. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992. 81p. (Estudos SEPEQ; 1).
- DAHL, Robert. La poliarquia: participacion y oposición. México: Fecnos, 1993.
- DOSSIÊ sobre a atuação do Ministro Jader Barbalho no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Brasília, ago. 1988.
- E "SEBASTIÃO da Terezona" falou! Folha do Pará. Belém, 6 mar. 1987. p. 12.
- EMMI, Marília Ferreira. A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém - GEU - 1988.
- EMMI, Marília, ACEVEDO, Rosa e BENTES, Rosineide, 1987 "O Polígono Castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes. Pará Agrário nº 2, Belém - IDESP, jan.-jun.p. 12-21.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 2ª.ed, 1978.
- FREIRE, Gilberto. Casa grande e senzala. 17.ed. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1975.
- GARCIA, Henry Pease. El caso de poder oligarquico: lucha política en la escena oficial (1968-1975). Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1977.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.
- IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- IGREJA estimula conflitos, acusa senador. Folha de São Paulo, São Paulo, 30 ago. 1981. p.6.
- INCRA. Situação cadastral e tributária dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM no Estado do Pará. Belém, 1980.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política local. São Paulo: HUCITEC, 1980.

- OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma Re(li)gião. São Paulo, Paz e terra, 1978.
- PANG, Eul Soo. Coronelismo e oligarquia: 1889-1943. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PARÁ. Governador (1991 - Jader Barbalho). Mensagem à Assembléia Legislativa: apresentada em 15 de fevereiro de 1993. Belém: SEPLAN, 1993.
- PARÁ. Governador (1991 - Jader Barbalho). Relatório: 15 anos em 4. A caminhada da transformação. Belém, 1991.
- PARÁ. Governador (Jader Barbalho - 1983 -). Ações para povo e governo pobres. O Liberal. Belém, 16 mar. 1983. Caderno 1, p.10.
- PARÁ. Governo do Estado . Nota de Esclarecimento. A Província do Pará, Belém, 4 fev. 1984. p.3.
- PARÁ. Sindicato Rural de Marabá. Preservação da castanha e regularização fundiária nas áreas de castanhais. Marabá, 1980.
- PEIXOTO, Rodrigo. O problema da construção de carreiras políticas no sul do Pará. Belém, 1993. Mímeo.
- PINTO, Lúcio Flávio. Amazônia: no rastro do saque. São Paulo: Hucitec, 1980.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- ROMERO, Silvio. Provocação e debates, 1908 apud BASTOS, Abguar. História da política revolucionária no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1969. p. 24.
- SALES, Teresa. Raízes da desigualdade na cultura política brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, v.9, n. 25, 1994.
- SHILS, Edward. Political development in the new states, 1962 apud BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. 2.ed. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1986. Oligarquia, p. 837.
- VEREADOR faz acusações. A Província do Pará. Belém, 31 jan. 1984.